

ASSISTÊNCIA E PODER: AS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA NOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DO RIO GRANDE NO SÉCULO XIX.

ASSISTANCE AND POWER: CHARITABLE SOCIETIES PORTUGUESE MUNICIPALITIES IN THE SOUTHERN RIO GRANDE IN THE NINETEENTH CENTURY

Larissa Patron CHAVES¹

Resumo. Este trabalho objetiva apresentar investigação sobre as Sociedades Portuguesas de Beneficência do Rio Grande do Sul em perspectiva comparada no período que compreende os anos de 1854 a 1910. Trata do estudo das Instituições de Beneficência Portuguesa no extremo sul do Brasil no século XIX no que refere a constituição e formação de elites regionais em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé. A Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma instituição hospitalar criada por imigrantes portugueses no Brasil e no mundo colonial português, a partir da segunda metade do século XIX, dependente do pagamento e de doações advindas, normalmente, dos seus associados. Na Província, as funções primordiais das beneficências pautavam-se pela promoção da representação pública dos imigrantes como indivíduos de boa educação e cultura. Ao abordar a constituição das instituições nas cidades supracitadas, em suas ações representativas, percebeu-se que as Sociedades procuraram ressaltar valores ideológicos que remetiam a sua identificação enquanto portuguesas nas comunidades locais, ao mesmo tempo que, na evidência da ligação com a formação de elites, a distinção e a possibilidade de emergência como poder. A partir de suas representações, as Instituições de Beneficência declararam a sua sujeição a cultura compartilhada reforçando o vínculo entre assistência, caridade e poder e constituindo um panorama social significativo nas cidades do extremo sul do Brasil.

Palavras-chave: Sociedades Portuguesas de Beneficência. Assistência. Elites regionais.

¹ Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS). Professora na área de Metodologia da Pesquisa em Arte e História do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas. Professora do Mestrado em História da UFPEL. larissapatron@gmail.com.

Abstract: This article presents research on the Portuguese Charity Societies of Rio Grande do Sul in comparative perspective in the period comprising the years 1854 to 1910. This study of the Charitable Portuguese Institutions in southern Brazil in the nineteenth century in dealing with the constitution and formation of regional elites in four cities: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas and Bage. The Portuguese Charity Society (Sociedade Portuguesa de Beneficência) is a hospital foundation created by Portuguese immigrants in Brazil and in the Portuguese colonial world as a whole, from the second half of the nineteenth century, depending on the payments and donations coming from its associates. In the province, the primordial function of the charity societies were the promotion of public representation of the immigrants as individuals of good education and culture. In addressing the creation of institutions in the cities mentioned above, in their shares in, it was realized that the companies sought to emphasize ideological values which referred to its identification as Portuguese in local communities, while, in connection with evidence of the formation of elites the distinction and the possibility of emergency as power. From its offices, the Charitable Institutions declared their submission to the shared culture (Barth, 1998) reinforcing the link between assistance, charity, and power and constituting a social panorama significant in the cities of southern Brazil.

Key words: Portuguese Societies Charity. Assistance. Regional Elites.

A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL E AS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA.

Na primeira metade do século XIX as autoridades governamentais do Império do Brasil adotaram uma política favorável a imigração para o país, sobretudo com relação à população advinda da Europa. Dados numéricos sobre o movimento migratório para o país são registrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estatística do porto do Rio de Janeiro mostra que aos 14 anos, decorridos de 1865 a 1878, entraram 388.459 estrangeiros que pela maior parte do país se fixaram. Nessa corrente de população entram os portugueses pelo número de 179.623, e os alemães pelo de 34.217, o que demonstra a proporcionalidade dos elementos da nova população.²

² Anuário Estatístico do Brasil. Ano I. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ainda, desse número de estrangeiros, aproximadamente 269.971 são homens e 118.488 são mulheres. No caso português, pesquisa realizada no livro de registros de imigrantes chegados ao Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (dois Estados do Brasil), entre os anos de 1860 e 1890, mostra que a maioria dos imigrantes lusos se identifica como operários, solteiros, entre 20 e 25 anos. Portanto, é menos comum encontrar o registro de um português que emigra com a família, pois sua vinda ao país consiste na ideia de trabalhar e enriquecer para posteriormente retornar a terra Natal.³

Alguns fatores contribuíram para a expulsão dos portugueses da terra natal. Os problemas sociais e políticos de Portugal, justamente entre os anos de 1880 e 1890, materializaram-se pelo comprometimento de 50% das receitas do Estado com a dívida pública. Nesse ponto, a perspectiva do sistema de governo baseado na doutrina liberal durante o século XIX, defendia que a emigração para as colônias era vantajosa para a economia das metrópoles. Isso porque constituía um mercado para as manufaturas nacionais e promovia o investimento estrangeiro, permitindo o alívio das pressões provocadas pela sobre-população. Embora o Brasil na segunda metade do século XIX não fosse mais colônia de Portugal há muitas décadas, é sob essa visão que a emigração para o país foi encorajada pelas autoridades governamentais Portuguesas⁴.

Durante o Segundo Governo Imperial, o aumento populacional das muitas cidades e vilas em território brasileiro demandou a criação de instituições hospitalares sob a autorização e apoio do Governo Imperial. O mesmo ocorria do outro lado do Atlântico. Conforme afirma Joaquim Serrão (1978, p. 243), vários diplomas são assinados pelos Governos de Regeneração em Portugal (1851-1868), entre eles, aqueles que apoiavam a criação de instituições hospitalares no Brasil, *“pretendendo consolidar as relações políticas entre os dois países de fala e sentimentos portugueses...”*⁵

³ No ano de 1880, entra no país um número total de 34.725 portugueses, sendo que 20 entram pelo porto de Belém; 23 pelo porto de Recife; 136 pelo porto de Salvador; 74 pelo porto de Vitória; 20.335 pelo porto do Rio de Janeiro; 9.246 pelo porto de Santos; 109 pelo porto de Paranaguá; 8 pelo porto de Florianópolis e 84 pelo porto de Porto Alegre (as principais cidades portuárias da costa brasileira, de norte a sul). Sobre essas questões ver em: Livros de Registros da entrada de imigrantes na Província de São Pedro do Rio Grande. Ano: 1854-1889. Arquivo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

⁴ O aumento da população urbana portuguesa é um fato inofismável a partir das últimas décadas do século XVIII. Essa tendência reforça-se a partir da década de oitocentos, com ritmos de crescimento das cidades da ordem de 77%, entre 1864 e 1900, enquanto as freguesias rurais atingem em idêntico período 22%. O litoral português, nomeadamente as duas cidades mais importantes, Lisboa e Porto, são manifestadamente incapazes de absorver todos os camponeses que a elas afluem em busca de trabalho e de melhores condições de vida, fato que terá como conseqüência inevitável o aumento da emigração. Sobre essas questões ver em SANTOS, Piedade Braga (org). *Lisboa setentista vista por estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. (1851-1890). Lisboa: Verbo, 1978. p. 243.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma instituição hospitalar criada por imigrantes portugueses no Brasil, e no mundo colonial português, a partir da segunda metade do século XIX. Além de atender aos associados na enfermidade e na morte - objetivo principal dessas instituições - proporcionou suporte cultural⁶ e financeiro⁷ diante da omissão das autoridades governamentais brasileiras.

A mais antiga associação de Beneficência Portuguesa criada no Brasil foi a do Rio de Janeiro, em 1840, seguida por outra em Santos, em 1859. Em Pernambuco, muitas instituições de origem portuguesa foram criadas na segunda metade do século XIX, entre elas o Real Hospital Português de Beneficência para a comemoração da ascensão ao trono de D. Pedro V em Portugal, a 16 de setembro de 1855.

Como instituição privada, dependente do pagamento e de doações espontâneas advindas dos associados, as Sociedades Portuguesas de Beneficência diferem das Santas Casas de Misericórdia, fundadas também no Brasil, cujo atendimento hospitalar é direcionado para a população em geral e as despesas subvencionadas pelo Império. No que refere ao ideário que as rege, em instituições de Beneficência Portuguesa, persistiram elementos que as situam sob o modelo das Misericórdias Portuguesas, criadas por Dona Leonor de Lancastre na Portugal do século XV. À semelhança das Misericórdias portuguesas, agem na circulação social da caridade tanto como um meio ético quanto como forma de perspectivar o favorecimento de determinados grupos e poderes elitários”.

O envolvimento dos imigrantes portugueses na Sociedades Portuguesas de Beneficência da Província foi muito significativo, na medida em que são esses estrangeiros que as criaram e desenvolveram através do que chamaram de *amor pátrio*, promovendo a perpetuação dos valores cristãos através da prática da filantropia e caridade, *virtudes maiores* que projetaram o nome da Instituição nos locais onde funcionaram.

Na então Província de São Pedro do Rio Grande, a Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Porto Alegre inaugurou-se a 26 de Fevereiro de 1854. E, no decorrer de seu funcionamento, através do aumento do número de associados, ganha visibilidade regional, e funda agências em outras localidades que, em curto espaço de tempo, passam a congêneres. Foram elas nas cidades de Pelotas, em 1857, Rio Grande, em 1859, e Bagé, em 1871.

⁶ Exame realizado junto aos arquivos das Sociedades Portuguesas de Beneficência nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé mostrou que é presente na história das instituições a existência de uma Biblioteca. A doação de obras da literatura portuguesa e brasileira realizada pelos associados e pessoas das comunidades, contempla a função cultural que tais associações também pretendem cumprir.

⁷ Da mesma forma, é presente nos estatutos das instituições a ajuda às famílias de sócios falecidos, na concessão de benefícios às viúvas e órfãos na forma de mensalidades pagas.

ESPAÇO, CARIDADE E PODER

O século XIX na Província de São Pedro do Rio Grande foi marcado pela participação de diferentes grupos sociais na formação das cidades, que a partir do engajamento com a então monarquia (e com partidos políticos nos últimos anos da mesma), do aparato econômico, cultural e práticas sociais, atuaram direta ou indiretamente na organização dos poderes locais.

Muitos dos atores sociais participantes da formação do poder local nas diferentes cidades da Província provêm de frentes distintas, reflexo de um amálgama de atividades econômicas que ali ocorreram, ultrapassando a caracterização da sociedade de elite regional como proveniente da oligarquia rural.

Nesse sentido, persiste no Rio Grande do Sul, desde os seus primórdios, uma diferenciação regional capaz de estruturar espaços distintos dentro de um mesmo território. Essa relação do espaço e tempo é bastante clara quando se tem em conta a multiplicidade de experiências das cidades, que produziram, e produzem, diferentes comportamentos compondo certas identidades⁸ locais. A presença de diferenciadas etnias, por exemplo, que compõem o tecido social dos municípios, também constituiu grupos, formando instituições recreativas e associações laicas, como a Sociedade Portuguesa de Beneficência, que logo estabeleceram relações de poder nos seus locais de funcionamento. Essas Associações, constituintes de um capital econômico, revelaram não viver somente da expressividade do capital financeiro, uma vez que ao mostrar traços de uma identidade cultural e étnica, fomentaram razões para as comunidades locais, compreenderem-nas como Instituições estrangeiras formadas por membros socialmente bem reconhecidos tanto nos seus países, como nas diferentes cidades da Província. Nesse sentido o aqui e o lá, fazem parte da autoafirmação dessas associações, que evidenciam o caráter estrangeiro como o culto, que também é automaticamente ligado ao estigma da elite, ainda pelo costume exógeno das comunidades locais em valorizar a cultura europeia.

Um espaço pode ser compreendido a partir de múltiplas perspectivas. Há o espaço geográfico, que transfigura o lugar, cenário que influencia as ações dos indivíduos e grupos em face a determinados acontecimentos. Da mesma forma, há também o espaço político, que refere à liberdade de atuação do indivíduo, que responde às conexões de uma representação do mesmo com as suas ações sociais, e

⁸ O conceito de identidade é compreendido a partir da perspectiva de Fredrick Barth, no que refere a seu entendimento enquanto cultura compartilhada e construída, onde pertencer a uma categoria étnica implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e julgar-se por adições relevantes para aquela identidade. Sobre essas questões ver em BARTH, Fredrick (org.), *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

ainda o espaço social, aquele que se refere ao personagem que o indivíduo representa, mais do que remete ao ser, mas ao ter que representa o ser.

No caso do espaço geográfico, compreendemos que o Rio Grande do Sul a partir de uma área de fronteira, desde sempre gerou a necessidade de indivíduos preparados para situações de enfrentamento. Assim é com o caudilhismo e com o coronelismo, onde as relações de dependência entre estancieiro e escravo, ou tropeiro, estancieiro, comerciante e estancieiro - charqueador, se mostram mais evidentes entre os agentes sociais envolvidos em uma dada realidade.

Segundo Flores (1993) núcleo fundamental no qual se desenvolveu a trama de relações sociais e políticas é a estância de criação de gado, a propriedade privada responsável pelo universo da cultura pastoril, e que tem no extremo sul da Província uma enorme abrangência. Em linhas gerais ela corresponde ao resto do Brasil no que diz respeito a grande propriedade, patriarcalismo, senhores, agregados e escravos compondo várias camadas sociais.

Uma das questões que diferencia a Província de São Pedro das demais regiões do país ainda no século XIX é a presença do poder político militar, pois estando em situação de fronteira em muitos de seus municípios necessitava desse poder compartilhado, que para além do charqueador e estancieiro, também “comandantes sociais e políticos”, sempre existiu e se fortaleceu nos últimos anos da monarquia.

De outra parte, mesmo que as fronteiras estivessem já fixadas ao longo do século XIX na Província de São Pedro, o coronelismo permaneceu como fator de coerção política, uma vez que é a figura do estancieiro o elemento de severidade na defesa desse território, porque ele tem, na maior parte das vezes, uma força política que permite aos seus dependentes a proteção em troca do obediência, o que caracterizou durante muitos anos os pleitos eleitorais.

Na estratigrafia social das comunidades, as transformações econômicas e políticas modificaram o Rio Grande, acompanhada das questões religiosas nacionais e das questões demográficas.

Entre 1872 e 1890, a população dobrou, passando de 447.000 habitantes para 897.000. Esse aumento provinha em parte, da imigração, e em parte, pelo aumento das condições de trabalho advindas com a indústria das charqueadas no extremo sul da Província e desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais e empresariais.

No que tange a região da Serra, norte da Província, a maioria dos colonos não Ibéricos continuaram a aglomerar-se na área tradicional da colonização, onde se fixaram em territórios cedidos pelo governo. Sua lavoura mista ajudou a contrabalançar as atividades pastoris das outras partes desse território, da mesma forma que,

socialmente, a pequena propriedade servia de contrapeso ao tradicional latifúndio, que se entrincheirada na região sul, metade sul da Província, e nos campos da serra.

Conforme afirma Love, em 1872, o Rio Grande do Sul era a terceira Província, entre as demais, na taxa de alfabetizados (21,9% em todas as idades), e em 1891 tinha galgado o primeiro lugar,

Na última contagem de escravos no Brasil (1887), o Rio grande conservou o décimo terceiro lugar com somente 8.442, se bem que representasse o quinto lugar em população total. É significativo que a maioria dos escravos, de acordo com os últimos dados de cada município (1872), estivessem localizados na parte sul do litoral e da campanha; depois da capital da provincial, Pelotas vinha em segundo e Bagé em terceiro lugar no número de escravos (LOVE, 1972, p. 35).

Proporcional ao número de alfabetizados foi o número de escravos na região. A principal utilização de escravos na Província relacionava-se a indústria do charque, atividade econômica básica de Pelotas. Nesse sentido, a riqueza tendia a se concentrar onde as atividades predominantemente rurais se desenvolviam, pois o lucro era constante, e proporcionava naquele espaço territorial um aumento de indivíduos com sólidas fortunas, entre, de fato, estrangeiros e brasileiros.

Em meados dos anos de 1870, entretanto, o trabalho escravo estava se tornando progressivamente antieconômico. Os escravos de Pelotas tinham que ser vestidos e alimentados o ano inteiro, ao passo que os trabalhadores livres da Argentina e do Uruguai podiam ser reduzidos ou dispensados durante a longa e inativa estação intermediária entre os abates, e a força do trabalho podia ser regulada para atender a demanda dos braços do charque, reforçando o estigma da concorrência desleal. Portanto, ao ser comparado com a produção que advinha da região do Prata, a produção da carne salgada do extremo sul do Brasil começava a tornar-se obsoleta, acarretando problemas de ordem política, como por exemplo as discussões que envolviam a abolição dos escravos enquanto medida para conter gastos desnecessários.

Pelotas, a segunda maior comunidade urbana da Província era um município de apenas 41.591 habitantes em 1890, e a população de Porto Alegre, a capital, alcançara somente 52.421. O desenvolvimento urbano não acompanhou o crescimento geral da população geral do Estado, embora a Província tivesse dobrado a sua população entre 1872 e 1890, o município da capital cresceu apenas 19%.⁹

⁹ MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Edufpel, 1993. p. 56.

De alguma forma, o desenvolvimento econômico gera poder. Mas ele não é desacompanhado de outros componentes, como por exemplo, o cultural e o político, que reforçam o espaço de atuação de um indivíduo. Segundo Love (1983) coincidindo com as mudanças econômicas e demográficas da Província, estabelecia-se a hegemonia política do Rio Grande do Sul pelo Partido Liberal. Até 1872, os partidos imperiais, o Liberal e o Conservador, haviam-se relativamente contrabalanceado na Província; nesse ano, contudo, o partido Liberal tomou controle da Assembleia Provincial e permaneceu, daí por diante, a força dominante no Rio grande, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins. Os conservadores continuaram a alternar-se com os liberais nas eleições nacionais, principalmente porque o Governador, designado pelo Rio de Janeiro, podia manipular a máquina eleitoral a favor do partido.

Dentre os liberais que ocuparam posições de destaque na política nacional, e que eram oriundos da Província de São Pedro do Rio Grande, após a Guerra dos Paraguai foram fundamentais as ações de Manuel Luís Osório, Gaspar Silveira Martins, o Visconde de Pelotas, João Francisco Diana, Francisco Antunes Maciel e o Barão de Mauá. Correspondem a uma geração de indivíduos que se destacaram dessa forma, no âmbito político especialmente, e que constituíram, a princípio, o cerne do que podemos considerar como elites locais, onde o que demonstrava o destaque pessoal de um indivíduo ou grupo era justamente o grau de parentesco ou envolvimento com os políticos. Os dois mais importantes líderes do partido eram Osório e Silveira Martins. Ambos eram estancieiros da campanha, ambos possuíam propriedades no Uruguai; e, apesar de separados por uma geração, serviam no gabinete Sinimbu de 1878. Osório como pelotense, e herói militar, e Martins enquanto bageense, senador do Império.

A partir de 1850, Osório começou a se interessar seriamente por política, e nesse sentido ajudou a fundar o partido Liberal no Rio Grande, em 1860. A organização imediatamente dividiu-se em duas facções, após 1862, tornou-se líder da ala chamada Liberais Históricos. Por acompanhar a força militar em Montividéo, em 1864, não participava mais ativamente da política brasileira. Sendo herói de guerra, Osório só perdeu para Caxias. Já Silveira Martins foi um político nascido da elite bageense, e enquanto tal constituía o estereótipo do caudilho gaúcho. Foi líder do Partido Liberal, e funda o jornal A Reforma, em 1868, unindo a ideologia liberal com inclinações para a esquerda.

Porém, de alguma forma, são esses políticos que reforçaram, e representaram, os laços que o extremo sul do Brasil possuía com o Império, pois Martins decidia mais diretamente sobre vários benefícios em Bagé, mais especificamente como decisões políticas. No início do regime, os políticos podiam simultaneamente servir as legislaturas provincial e nacional, e o Tribuno havia assumido o controle da

Assembleia Provincial em 1872, o mesmo ano em que ingressou no Parlamento. E, nesse sentido pelo menos até os anos que antecedem o fim do Império, Silveira Martins tornou-se um líder do partido.

Já no ano de 1883, há a organização de um novo partido chamado partido republicano Rio-Grandense (PRR), cujo traço marcante foi o federalismo, e uma grande afinidade com a filosofia de Augusto Comte, o positivismo. Fazem parte do PRR, jovens estudantes de direito, favoráveis a reformas políticas, contra o monarquismo, catolicismo e centralismo. Portanto, voltam a entrar em cena questões como a abolição da escravidão, dissociação de uma política partidária centralizada e enraizada em moldes ultrapassados, já pensados e retomados de uma filosofia partidária à liberdades individuais, imposta ao mesmo tempo pela regra da moral e religião positivista. O positivismo como um projeto político e “pedagógico” adotado pelo PRR impunha certas regras que transcendiam ao pensamento de governo anterior, mas que ao mesmo tempo mostrava que a hegemonia política era variável, como um projeto que estava embrionário havia muito tempo. Formaram o grupo republicano no Rio Grande do Sul do fim do século XIX nomes como o de Assis Brasil, Júlio de Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado e António Augusto Borges de Medeiros.

Para além de Silveira Martins e de Júlio de Castilhos, a elite política do Rio Grande do Sul se constituía de personalidades igualmente importantes. Muitas vezes, um indivíduo podia não ter uma participação efetiva no partido político, mas uma vez na lista das filiações partidárias, conjuga não só as ideias como a representatividade perante a sociedade.

AS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA E A FORMAÇÃO DE ELITES REGIONAIS

Os grupos recreativos, as sociedades literárias e as de Assistência, como a Beneficência Portuguesa, também são formadas por grupos que participam socialmente de alguma forma nas comunidades onde se radicam. De uma forma geral, percebemos o quanto é importante para as Associações de Beneficência em Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé, a ilustração da situação econômica de boa parte de seus associados. Porém, da mesma forma, a caridade desempenhada parece em determinados casos expressar o poder de abrangência das Associações, e, nesse sentido, o doar, ou prestar ajuda a outrem, simboliza o ter.

As relações de poder também perpassam as ações de caridade estabelecidas e pré-estabelecidas. As relações políticas e sociais que as Instituições estudadas mantêm com outras entidades locais (Câmara Legislativas, Intendências e partidos políticos)

podem, na maioria das vezes ser a partir da caridade, indicando peças chave de um tecido de estratégias políticas de alternância de exercício de poder. Isto significa que, muitas vezes, a concessão de favores pode indicar relações de dependência, ou mesmo de reconhecimento e retribuição. As Sociedades Portuguesas de Beneficência estudadas, como instituições laicas sob a proteção régia portuguesa tornam-se, também, interlocutoras de poder, que só se modifica após a República Portuguesa em 1910.

No que tange a Sociedade Portuguesa de Beneficência, o retorno da caridade mais evidente pode ser observado nas relações que a mesma estabelece com diferentes grupos nas localidades que as recebem, com seus compatriotas em Portugal e com o rei protetor da Associação. Um exemplo disso é o contato que as Instituições mantêm com o país de “origem” através de doações efetuadas do Brasil para Portugal, reforçando a caridade como um dos elementos essenciais para o estabelecimento de relações de poder.

Segundo Davis (2004), o espírito da dádiva, e nesse sentido a caridade e assistência, não está agregado apenas ao alcance de si mesmo, mas por situações inteiras,

Caridade, liberalidade, afeição, amizade e boas relações entre vizinhos constituem ideais para avaliar as nobres relações, ao mesmo tempo que os sentimentos e as verdades a eles ancoradas (DAVIS, 2004, p. 11).

As associações de Beneficência Portuguesa da Província de São Pedro do Rio Grande, embora em situação periférica com relação ao restante do país, participaram efetivamente no surgimento de uma elite próspera – em parte decorrente das grandes estâncias – com expressão social e controle político nas mãos. Embora essa elite domine o panorama social de muitas das principais cidades da Província, foi o crescimento de outros setores das localidades, como as atividades comerciais, que tornou possível a formação de outros grupos de igual expressão social, mesmo que de menor representação política.¹⁰

A Associação Portuguesa em Porto Alegre enquanto núcleo transformador da cidade evidencia que o ato de doar relaciona ao poder tendo em vista a assistência oferecida por alguns de seus associados. Pelo perfil dos presidentes da Instituição, muitos já vieram de Portugal com situação financeira favorável, especialmente os que

¹⁰ Nesse ponto, conforme afirma Joseph Love, uma posição social definida como de “sucesso” não precisa ser identificada em termos de mais alto posto político ocupado. Mas certamente, é o grau de participação política um dos elementos constituintes na identificação do sucesso da elite numa dada sociedade. Sobre essas questões ver em LOVE, Joseph e BARICKMAN, Bert. Elites Regionais IN HEINZ, Flávio (org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. pp 77-99.

emigraram dos grandes centros como Lisboa e Porto, com o caso do luso comendador Antônio Francisco Pereira dos Santos.

Um dos fatores comuns entre os membros da Diretoria da Sociedade é a sua participação na vida política e social da localidade. Ao contrário do que rege os estatutos institucionais, a participação política parece ser um dos pré requisitos para a constituição das diretorias.

Porto Alegre é uma cidade relativamente pequena em 1854, cercada de chácaras e sítios. Ela tinha aproximadamente 17.500 habitantes, o que comprova uma diferença muito marcante tanto com relação a população, quanto ao panorama social vivido no Rio de Janeiro. Porém, o panorama social das cidades do extremo sul da Província de São Pedro também puderam ser transformadas pela imigração. Uma elite não se faria presente somente pelos grandes charqueadores e estancieiros locais, mas também pelos indivíduos que incentivam o desenvolvimento de uma indústria têxtil, de um comércio, entre diversas outras atividades, que são dirigidas muitas vezes por imigrantes de diferentes nacionalidades. Nessa perspectiva, o estrangeiro também torna-se agente de um processo transformador da cidade, porque contribuí para que nela criem-se novas formas de pensamento, novos costumes, iniciativas, e mesmo a existência de grupos que em nome de uma identidade pensada, apareçam também enquanto elite local.

Os títulos acumulados entre os integrantes da instituição em Porto Alegre não se resumiram somente ao comendador. Pesquisa realizada junto aos estatutos e relatórios Institucionais comprova que participaram enquanto associados alguns desembargadores, que no caso de Porto Alegre, pode ser comprovado pela presença do Sr. José Almeida Martins Costa, inventariante de Antônio Francisco Pereira dos Santos na ocasião de sua morte em 1881, contando também com a presença de Barões na Diretoria, como José Francisco da Silva Nunes, eleito em 1903, que ganha o título de Barão em 1904, quando ainda é presidente da Associação.¹¹

Já a Instituição de Pelotas, conta em 8 de setembro de 1857, supostamente com 254 associados, quase dois meses após a aprovação da matriz congênere. No registro de suas atas estão os sócios que elegerem um procurador e os doze diretores do mês, os quais com os agentes, completavam a diretoria, sendo o presidente Francisco Luiz Ribeiro, secretário José Vieira Pimenta, e tesoureiro, Manoel José Fernandes Lima.

¹¹ Chaves, Larissa Patron. Honremos a Pátria Senhores! As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites no Rio Grande de São Pedro (1854-1910). Tese de Doutorado. Universidade do vale do Rio dos Sinos, 2008.

Algumas personalidades de maior destaque do grupo de portugueses que originam a Instituição foram de fato os que constituíram a diretoria inicial, o vice-cônsul Francisco Luiz Ribeiro (o primeiro presidente), Manuel José Fernandes Lima, e José Vieira Pimenta, este último conhecido pela historiografia oficial das Instituições como o idealizador da Sociedade de Beneficência em Pelotas. Embora José Vieira Pimenta não seja o primeiro presidente da Instituição, seu nome esteve ligado a mesma desde os seus primórdios, enquanto primeiro secretário e grande benemérito.

Vieira Pimenta esteve vinculado diretamente ao trabalho assistencial na cidade de Pelotas. Enquanto construtor, o português participou da edificação de inúmeros edifícios públicos e monumentos na cidade de Pelotas, como o Mercado Público, juntamente com Teodolino Farinha. Mas, com relação a assistência, Vieira Pimenta foi o responsável pelo projeto da primeira parte do prédio da Santa Casa de Misericórdia e pela execução da ponte do arroio Santa Bárbara, na atual rua Marechal Floriano, que compreende as proximidades daquela Instituição. Por muitos anos, o luso foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, o que de alguma forma justifica o seu envolvimento com a Sociedade Portuguesa de Beneficência, não enquanto presidente e sim como membro da diretoria. Em 1853, escreveu “Principais acontecimentos desta freguesia”, relatando o início da vida urbana na cidade,

O prédio da Santa Casa, manuscritos, como os livros de atas, de internamentos, quadros estatísticos, entre outros trabalhos, evidenciaram a erudição do autor português José Vieira Pimenta (GUTIERREZ, 1999, p. 325).

Separada, sem dever obediência à de Porto Alegre, a sua Diretoria, auxiliada pelo apoio dos associados, lançou o projeto de construir, em terreno próprio, um hospital definitivo. Nesse sentido, José Antônio de Oliveira Leitão, que, junto com a esposa Isabel de Fontoura Leitão, doaram o terreno para a construção do hospital. Na verdade, essa construção foi efetuada somente com donativos além das mensalidades da Beneficência, estando José Vieira Pimenta, no lugar dos grandes doadores para o empreendimento.

Mas apesar da inauguração do hospital, ainda faltava construir o seu natural complemento, a capela. Esse novo empreendimento só teve a sua concretude em 1890. Para isso, no ano de 1889, um numeroso grupo de sócios contribuiu para as subscrições em proveito da nova construção. Dos associados mais citados nas atas Institucionais, ficaram os que se destacaram por ocuparem cargos na diretoria, sendo estes, Manuel José Sousa Costa, Antônio da Veiga Faria, Antônio Pinto do Rego Magalhães, Antônio Pereira de Araújo Aguiar, João dos Santos Silva, Gabriel Castro e Joaquim de Almenida Perez, e Antônio da Veiga Faria (atual presidente). Ainda faziam

parte dos associados em destaque, Manuel Valente da Costa Leite, Paulino Rodrigues, Francisco Pinto Madureira, e José A. Vieira dos Santos.

Em Rio Grande, o ofício datado de 22 de novembro de 1854 já havia registro de agentes portugueses nomeados, tais como os Srs. José Francisco Duarte e Damião Francisco Alves Moura. A existência de uma Santa Casa de Misericórdia em Pelotas, não atende de forma suficiente o contingente de portugueses, pois não havendo uma congênere em Rio Grande, tem como última opção os estabelecimentos hospitalares de Porto Alegre. No entanto, num olhar mais atento percebe-se que foram escolhidos como agentes justamente indivíduos que representam uma elite local, recrutados para compor o corpo Institucional, tanto no que refere a condições financeiras, quanto à posição social.

Nesse sentido, as convocações posteriores obedeceram ao mesmo critério de seleção, indivíduos portugueses que obtinham destaque social e ou financeiro na localidade. Foram chamados senhores, que pela participação prévia já fariam parte do primeiro grupo de associados, entre eles alguns membros da diretoria, entre os quais José Joaquim Duarte Souza, J.M de Souza Brandão, Antônio Jacinto de Almeida Damião, F. A. de Moura, José Francisco Duarte e José Vitorino Resende.

O Barão de Vila Isabel (José Francisco Duarte), grande benfeitor da Sociedade Portuguesa de Rio Grande, parece cumprir o papel de representatividade social e política da Instituição. Quando falece em 1889, deixa para a instituição uma quantia de 1:000\$000 mil réis, um valor bastante significativo que concorre para o patrimônio da mesma, pois nos anos menos lucrativos, chegou a 168\$496 mil réis.¹² Da mesma forma, é bastante mencionado nos relatórios Institucionais o Barão de São José, que chamava-se José Vitorino Resende, e que enquanto benemérito realiza doações anuais em proveito da Sociedade. É interessante ressaltar que a Sociedade de Rio Grande tem em sua composição dois indivíduos com a titulação de Barão, que significa na sociedade personalidades com poder econômico e político.

Foi tão expressiva e significativa, do ponto de vista da representatividade local, a participação desse associados na vida Institucional que, após seus falecimentos (1889) manda-se rezar anualmente celebrações em memória do Barão de Vila Isabel e de São José. Reconhecidos como grandes benfeitores da instituição foram lembrados

¹² Na história das Instituições de Beneficência no Brasil é muito frequente o recebimento de doações de heranças de seus associados. Esse é o caso das Associações do Rio Grande do Sul, sobretudo as de Porto Alegre e Rio Grande, cuja maioria de seus sócios, na impossibilidade do retorno ao país de origem acaba deixando quantias significativas para as Instituições após a morte. Percebe-se, portanto, que na qualidade de benfeitores e beneméritos, o intuito dos donativos constitui a possibilidade de manutenção de sua participação em memoriais, como na Instituição de Rio Grande. Sobre o testamento do Barão de Vila Isabel ver em Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatório. Ano 1889. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul.

como indivíduos que ajudaram financeiramente e contribuíram simbolicamente para o sua relação da instituição com as elites locais.

Em Bagé, a primeira diretoria da Instituição, constituída por Joaquim da Costa Guimarães (Presidente e vice-cônsul de Bagé), Francisco Leopoldino da Costa Cabral (Vice-Presidente), João Maria Peixoto (Secretário), João Pereira Mendonça Lima (Tesoureiro) e João Simões Lopes Neto, Vice-Presidente da Província - todos portugueses -, é registrada nos estatutos submetidos à aprovação do Vice-Presidente da Província João Simões Lopes Neto. É interessante ressaltar que estes indivíduos se consideram como elite, apontados principalmente pelas suas relações matrimoniais. Em uma das cartas, assinada em 1871 pelo Vice-Consulado de Portugal em Pelotas, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé é destacada pela situação sócio-econômica de seus associado na tentativa de garantir a proteção do príncipe português D. Carlos I:

Vice-Consulado de Pelotas.

Illmo. Exmo. Sr.

Tendo recebido um ofício do Sr. Francisco José Bello, Vice-Cônsul de Portugal em Porto Alegre, datado de 11 do corrente com a cópia de que V. Ex. Lhe dirigiu em 18 de novembro, para informar se a Sociedade Portuguesa de beneficência de Bagé, se acha regularmente construída, a qualidade e posição das pessoas que a compõe, os meios de que dispõem, e qualquer outras circunstâncias...

“A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé principiou com os melhores auspícios, obtendo um bom terreno, para edificar o hospital e cerca e vinte contos de reis na primeira coleta que fizeram, e está em andamento a obra com entusiasmo.

As principais pessoas que compõem a Sociedade são negociantes portugueses: Joaquim da Costa Guimarães a quem tenho encarregado os negócios consulares n’aquela cidade, e João Maria Peixoto, ambos casados com famílias ricas, sendo seus negócios lojas de fazendas; Júlio Alves Pinto casado com uma filha do Visconde de Serro Alegre e com estância de gado; Francisco Alves Martins negociante com loja de fazendas e outros portugueses com boas posições, e grande número de artistas e jornaleiro, e contam mais de 400 sócios; pois a cidade de Bagé é muito comercial e aproxima-se de 5.000 almas, aumentando progressivamente.¹³

Nos primeiros anos, um dos lusos que marca profundamente a história dos portugueses em Bagé é Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães. Magalhães muito faz

¹³ Correspondência entre a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas com a Coroa Portuguesa. Ministério do Reino – maço 5018, PROC. 504. LIV. 03.

pela Sociedade financeiramente, sobretudo em relação à finalização das obras do hospital e a angariação de sócios. A partir do ano de 1888, funda nas suas terras “a Charqueada do Cotovelo”, concorrendo com fortes fazendeiros locais. Nessa época, grande parte da comunidade portuguesa que vive em Bagé, trabalha nos seus estabelecimentos, o que o rende, ainda no mesmo ano, o título de Vice Cônsul da Nação Portuguesa em Bagé. Segundo Garcia (1985), ele fortalece a colônia através de “dezenas ou centenas” de cartas de chamada que envia à Portugal, convidando operários para trabalhar nas suas charqueadas, no seu comércio, nas suas fazendas, nas suas quintas.

Certas pessoas, certos grupos prosperam vias de fato pela reciprocidade, outros não. Segundo Davis (2004), a teoria do mercado ligado a economia é insuficientemente fundada para dar conta desses processos. Mais já em 1944, Karl Polanyi redigiu na “Grande Transformação” um pensamento que contraria a teoria do mercado, por refutar a concepção, largamente restaurada, que os mercados são a forma ubiqüitária e invariável da organização econômica e que não importa qual a economia para se traduzir em termos de mercado. A vedação do mercado mostra que como em Polanyi é possível perceber relações entre indivíduos a partir da reciprocidade e da redistribuição, para além do mercado. Portanto na reciprocidade, não está a cerne das relações de caridade, e mais profundamente da assistência?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história das Sociedades Portuguesas de Beneficência, a caridade também é o elemento da aparência. Não há caridade efetuada se ela não pode ser mostrada para o público. Não há assistência se ela não ficar evidenciada pelo poder que emana, pelo ato concedido, e conseqüentemente pelo que representa.

A verdade ancorada a um ato pode não estar explícita, a priori, na realização da caridade. Porém, sob o olhar mais atento, toda a ação que envolve o trabalho assistencial e, portanto, a doação, está próxima da reciprocidade, daquilo que se espera como reação daquele que recebe, exatamente como a própria moeda de troca quando comparado às relações de mercado que permeiam o mundo capitalista.

Em um olhar atento sob a constituição das diretorias das Instituições de Beneficência Portuguesa percebe-se que o participar de uma Instituição de caridade funciona sob a ótica de admissão de um sistema de troca simbólica, que vai além do mercado, e que pode ser compreendido desde uma relação entre grupos de uma sociedade pré-industrial, até mesmo as sociedades do século XIX.

A caridade reforça e reestabelece inclusive relações políticas. Conforme vimos, a própria preocupação dos portugueses residentes no Brasil quanto as heranças

deixadas era suficiente para que houvessem grupos ligados à Associações, que efetivamente estivessem em contato com as autoridades governamentais no Brasil e em Portugal, a exemplo dos consulados.

As elites locais muitas vezes são marcadas pelos signos de distinção, sinais de modificação das relações de sociabilidade, sobretudo na passagem do século XVIII para o XIX, que mostram o aparecimento de uma elite nacional que se molda pelos costumes estrangeiros, contrários à feição colonialista, mas que confere ao refinamento demasiada importância.

Nos municípios do Rio grande do Sul do século XIX a imigração foi determinante. Em diferentes regiões do Estado o fenômeno migratório se deu de forma a impulsionar do desenvolvimento econômico e social das diferentes localidades. No extremo sul, a participação dos imigrantes portugueses, não diferente dos alemães, italianos e franceses, foi diretamente proporcional a constituição das associações, representativas de uma identidade. Estrangeiros e, em segundas gerações, brasileiros uniram-se em prol de diferentes causas, entre elas as associações assistenciais, como forma de edificar uma representatividade onde antes ela ainda não existia, e onde ela se fazia efetivamente necessária.

Conforme vimos, a constituição de uma elite regional ligada as associações de Beneficência foi dada através da participação política em Porto Alegre, das grandes estâncias e quintas em Rio Grande e Pelotas, e, muitas vezes, das relações matrimoniais como em Bagé. Tudo isso, contribuiu para o apoio simbólico português, da mesma forma que, nas localidades, a perpetuação de favorecimentos.

Um trabalho assistencial jaz no costume da reciprocidade mútua, e poderia reforçar a paz no seio da comunidade, mesmo que essa doação provocasse ocasionalmente competitividade e querelas. É por essa razão, que se mostra a reciprocidade uma das formas de relação de poder.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrick (org.). **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Genève, Lib. Droz, 1972.

CHAVES, Larissa Patron. **Honremos a Pátria Senhores! As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro (1854-1910)**. 2008. n. f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre.

DAVIS, Natalie Zemon. **Essai sur le don dans la France du XVI siècle**. Paris: Editions du Seuil, 2004.

FLORES, Moacir. **A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EdPUCRS, 1993.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888**. 1999. n. f. Tese Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LOVE, Joseph e BARICKMAN, Bert. Elites regionais. In : HEINZ, Flávio (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Edufpel, 1993.

OLIVEIRA MARTINS, M. **O Brasil e as colônias portuguesas**. Lisboa: Verbo, 1978.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: misericórdia, caridade e poder no Império Português (1500-1800)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SANTOS, Piedade Braga (org). **Lisboa setentista vista por estrangeiros**. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo, 1978. Vol. 4.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Documentos para a história da Imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)**. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

SOUSA, Ivo Carneiro de. **Da descoberta das misericórdias às misericórdias (1498-1525)**. Porto: Granito, 1999.

FONTES E ARQUIVOS IMPRESSOS:

ANUÁRIO estatístico do Brasil. Ano 1. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LIVROS de registros da entrada de imigrantes na Província de São Pedro do Rio Grande. Ano: 1854-1889. [Porto Alegre], Arquivo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

SOCIEDADE Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatórios. Ano 1857, 1860, 1883, 1888, 1889, 1895, 1896, 1897. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul.

SOCIEDADE Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Relatórios. Ano 1854, 1865, 1867, 1886, 1887, 1888, 1889, 1895, 1896, 1897. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul.

SOCIEDADE Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatórios. Ano 1859, 1865, 1883, 1886, 1887, 1888, 1889, 1893, 1894, 1897. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul.

SOCIEDADE Portuguesa de Beneficência de Bagé. Relatórios. Ano 1875, 1895, 1897, 1898.

MANUSCRITOS:

Correspondência entre a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas com a Coroa Portuguesa. Ministério do Reino – maço 5018, PROC. 504. LIV. 03